

BRASIL

# A TERCEIRA ONDA

Após o ciclo da borracha e a implantação da Zona Franca, o Amazonas lidera os Estados do Norte no desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente

GUILHERME EVELIN E JOSÉ VARELLA (FOTOS), DE MANAUS

**E**m 1982, durante a sua expedição pela Amazônia, o oceanógrafo Jacques Cousteau fez uma declaração com ares de premonição: "Hoje, o mundo está preocupado com a guerra nuclear, mas essa ameaça vai desaparecer. A guerra do futuro será entre os que defendem a natureza e os que a destroem. A Amazônia vai ficar no olho do furacão. Cientistas, políticos e artistas desembarcarão aqui para ver o que está sendo feito com a floresta." O interlocutor de Cousteau, Francisco Ritta

Bernardino, dono de um hotel em Manaus onde o explorador francês e equipe ficaram hospedados, memorizou aquela espécie de profecia. Em 1986, três anos antes que a queda do Muro de Berlim sepultasse o temor nuclear, ele iniciou às margens do rio Negro, a três horas de barco de Manaus, a construção de um pequeno hotel de selva com apenas quatro quartos. Dez anos depois, Ritta Bernardino comanda um negócio que arrecada cerca de US\$ 1,5 milhão por ano, com perspectivas de quintuplicar o fatu-

ramento até o final do século. Único na categoria no mundo, por ter sido construído à altura da copa das árvores, o Ariaú Jungle Tower já hospedou gente como o chanceler alemão, Helmut Kohl, e a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e está passando por obras para se transformar neste ano no segundo maior hotel da região amazônica, com mais de 200 quartos.

"Estou me preparando para a onda que vai chegar. Esse é, por enquanto, um negócio promissor, que ainda vai se tornar



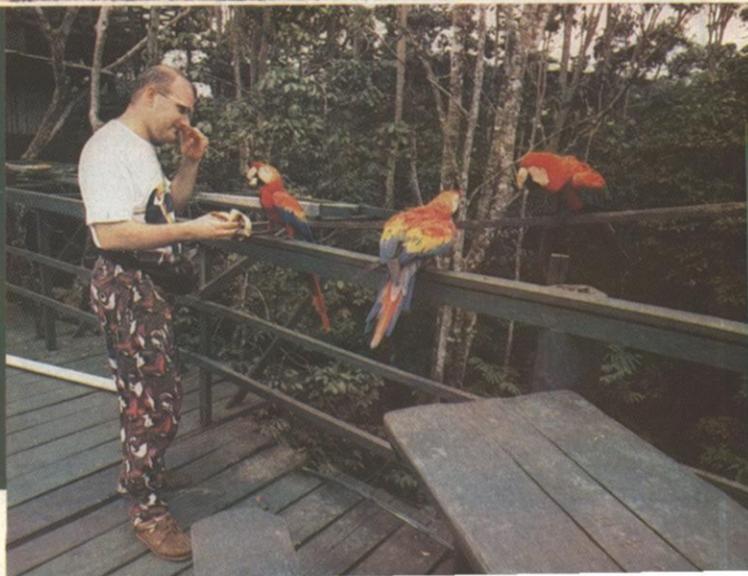
Exemplos assim ainda não são a regra. O potencial econômico das atividades a que se dedicam e a mudança de mentalidade que está se operando na região sinalizam, porém, os novos rumos para desenvolver a mais vasta porção do território nacional. Com mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia abriga 16 milhões de pessoas, 10% da população brasileira, em condições sociais muito inferiores às do restante do País. Segundo dados do último censo, 44% dos moradores da região Norte não possuem nenhum tipo de rendimento e outros 31% ganham até cinco salários mínimos – um índice inferior ao do Nordeste.

Agora, porém, a Amazônia tem a primeira grande chance de criar um padrão de desenvolvimento que beneficie a população de forma mais abrangente e duradoura. Após o ciclo da borracha e da implantação das indústrias da Zona Franca,



excelente”, diz o empresário de 60 anos. O pioneirismo na exploração do turismo ecológico confere a Ritta Bernardino a dimensão de protótipo de um novo modelo de empresário da Amazônia. Ele se diferencia dos seringueiros do início do século e, especialmente, da leva de migrantes de 25 anos atrás que invadiu a região incentivada pelo projeto do regime militar de promover a ocupação a qualquer custo. Esse novo empresário sabe aproveitar a inesgotável riqueza natural da Amazônia, sem deixar um rastro de devastação.

**Amazonino (foto acima, com a mão no queixo) visita “madeira ecológica” e as Anavilhanas (foto maior): o governador que distribuiu motosserras incentiva empreendimentos verdes como o turismo na selva**



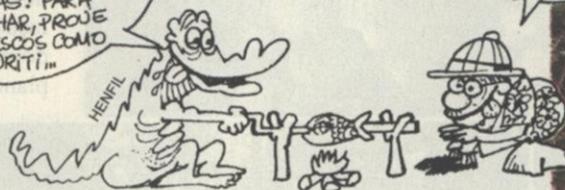
a Amazônia desses 16 milhões de “brancos” está à beira de um terceiro período de crescimento econômico e desta vez conta com uma novidade: uma ação oficial em defesa da natureza. Do Pará a Rondônia, a atual safra de governadores traça políticas que prevêm o desenvolvimento com preservação do meio ambiente. Não se trata de uma tarefa fácil. Afinal, a construção deste novo modelo prevê a recuperação dos erros das décadas passadas.

“Virei um verde radical”, afirma o governador Amazonino Mendes (PPB), do Amazonas, possivelmente o governante que tem ido mais longe nesta nova política. Amazonino converteu-se às teses preservacionistas depois de ter promovido, na sua primeira passagem pelo cargo entre 1986 e 1990, uma farta distribuição de motosserras entre os ribeirinhos do seu Estado. Hoje, o governador admite o equívoco. “Foi uma imprudência, uma decisão impensada. Não causei danos à natureza, mas assustei as pessoas”, arrepente-se. No Pará, o lema do governador Almir Gabriel (PSDB) é “desenvolver sem devastar” e se materializou na implantação de uma rigorosa legislação ambiental que, apenas no ano passado, causou a interdição de duas dezenas de madeiras por estragos ao meio ambiente. Em Rondônia, um plano de zoneamento ecológico recebeu financiamento do Banco Mundial. Essa nova fase coincidiu com a revelação de um ál-

bum inédito de charges do humorista Henfil, ex-colaborador de ISTOÉ, no qual ele propagandeia as potencialidades da região.

No Amazonas, o mais recente resultado do credo ecológico do governador foi a contratação de José Lutzenberger, ex-secretário de Meio Ambiente do governo Fernando Collor, como consultor de projetos ambientais. Filho de um dono de seringal, nascido há 56 anos às margens do rio Eiru, um afluente do Juruá que corre pelos confins do Estado, Amazonino reconhece que a crua racionalidade econômica oferece a melhor explicação para essa mudança nas idéias. “Podemos ter um ganho inexcusável se a floresta for preservada”, diz. As estimativas oficiais

A COSINHA TÍPICA DO AMAZONAS TEM NA TARTARUGA SEU PRATO MAIS REQUINTADO! SEU CUIO É DELICIOSO! MAS APEIXADA... HAH!!! NÃO DEIXE DE COMER UM SÍCARO!! "O BACALHAU DO AMAZONAS!! PARA ACOMPANHAR, PROJE REFRESCOS COMO O BORITI!!!"



DEPOIS DO ALMOÇO FAZ MAL LUTAR?

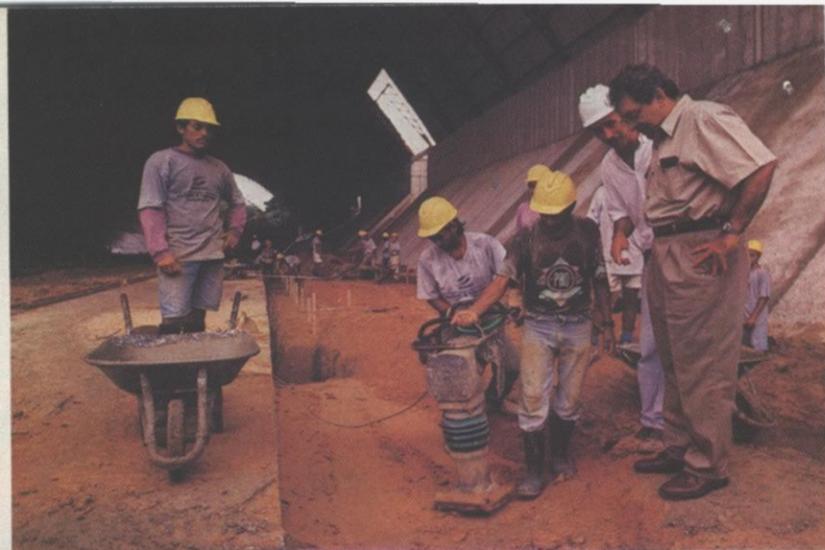
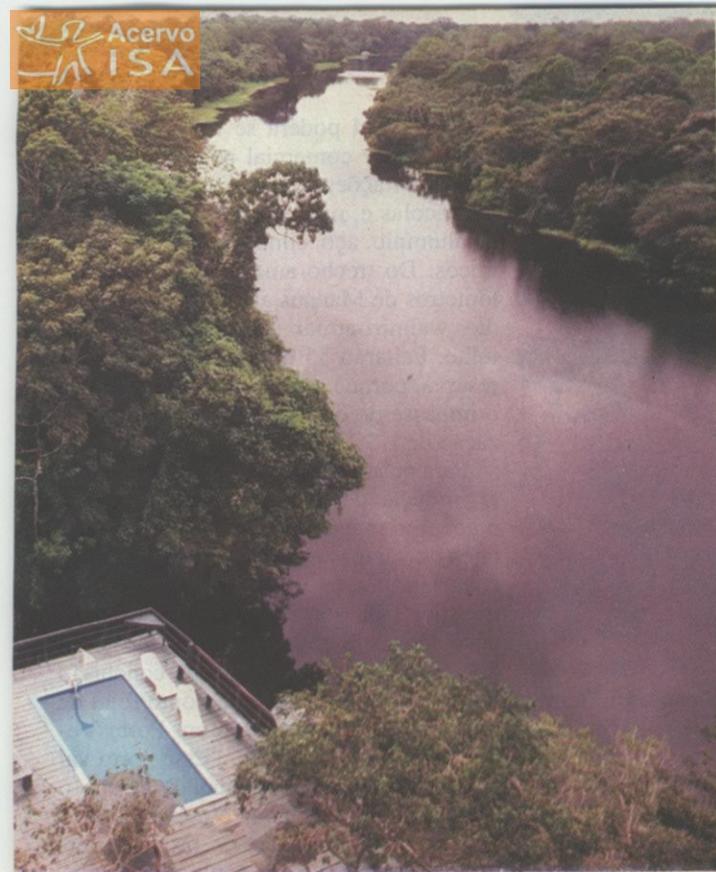
indicam que o turismo ecológico, se for devidamente estimulado, pode gerar apenas no Amazonas, nos próximos dez anos, 59 mil empregos diretos e receitas de US\$ 3 bilhões por ano com a atração de 1,5 milhão a dois milhões de turistas.

De olho nessa mina, o governo do Estado pretende obter financiamento internacional para construir em parceria com empresas privadas um grande complexo turístico, com hotéis de selva e parques temáticos no estilo do Epcot Center, da Disney. Para acolher o projeto de US\$ 1,5 bilhão, foi escolhido um local nas proximidades das Anavilhanas, conjunto de 400 ilhas no rio Negro, o maior arquipé-

lago fluvial do mundo e por si só um espetáculo grandioso.

Noutro caso exemplar da indústria do verde, um grupo de 600 acionistas, na maioria representantes de fundos de pensão suíços, investe atualmente US\$ 20 milhões num projeto inédito de uma madeireira ecológica. A Precious Wood Mil Madeireira vai faturar anualmente, a partir de 1997, cerca de US\$ 10 milhões com a retirada de toras de maçaranduba, angelim e outras espécies de uma fazenda de 80 mil hectares em Itacoatiara, a 280 km de Manaus. As árvores para corte são selecionadas por computador e as áreas só voltam a ser exploradas depois de passar por um processo de reflorestamento natural de 25 anos de duração.

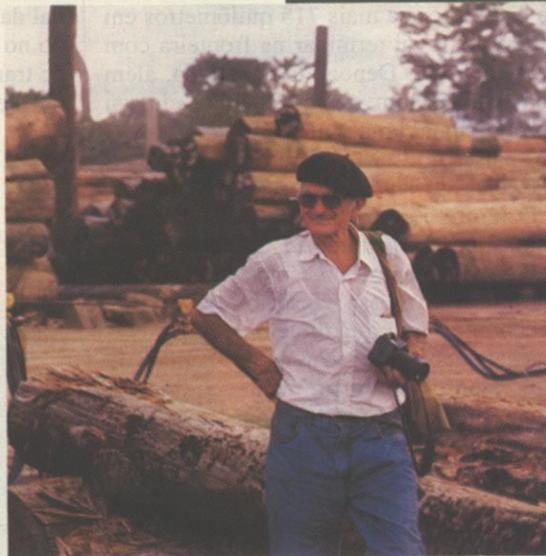




**Obras no porto de Itacoatiara (acima): recursos do Estado. O hotel Ariáú (esq.): ecodólares. Lutzenberger (abaixo): "Sempre defendi isso"**

A longo prazo, as vantagens dessa nova forma de extração são gritantes. Enquanto, com o passar dos anos e a devastação da floresta, as madeireiras convencionais são obrigadas a buscar madeira em áreas distantes até mais de 300 quilômetros, a Precious Wood vai fazer sua colheita em reservas que ficam, no máximo, a 35 quilômetros da serraria. Não se trata de altruísmo ecológico. O chefe da madeireira, o suíço Roman Jann, calcula que os seus acionistas vão ter um lucro real em torno de 12% ao ano, praticamente o dobro do que poderiam obter em aplicações financeiras na Suíça. Na quinta-feira 14, depois de ter visitado a Precious Wood, ao lado de Lutzenberger, o governador Amazonino anunciou que só vai permitir a instalação de madeireiras que operarem em bases similares. "Sempre defendi isso", diz Lutzenberger. "É modelo de comportamento."

Esta guinada de comportamento está intimamente ligada a uma mudança ocorrida no Exterior. Por pressão das ONGs de defesa da Amazônia (calculadas em 219, antes da realização da Rio-92, a Conferência Mundial de Meio Ambiente), os organismos internacionais passaram a condicionar a liberação de verbas para projetos de desenvolvimento na região à adoção de medidas de preservação do meio ambiente. "É a regra do capitalis-



mo", diz o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente. "Não há mercado para produtos antiecológicos nem recursos para projetos que não levem em conta a preservação ambiental."

Os resultados desse movimento não se limitam aos governos. As empresas instaladas na Amazônia também estão se sentindo compelidas a adotar regras de bom comportamento ambiental, se quiserem entrar com seus produtos nos mercados internacionais. O grupo brasileiro Maggi, parceiro do governo amazonense na construção de um porto em Itacoatiara para exportação de grãos, está correndo atrás da obtenção do ISO-14000 para as suas empresas. É uma espécie de "selo verde",

à semelhança do ISO-9000, certificado de qualidade na indústria. O ISO-14000 atesta padrões ecologicamente saudáveis na produção agroindustrial. As fazendas de soja dos Maggi em Sapezal (MT) adotam o controle biológico no combate às pragas, destinam 20% das suas áreas para reserva florestal e gastam 70% a menos de agrotóxicos do que as plantações do Paraná e do Rio Grande do Sul. "Não podemos sofrer restrições na hora de exportar. Caíram as barreiras comerciais, mas ficaram as ecológicas", explica Blairo Maggi, um dos controladores do grupo.

Um outro fator está forçando a aceleração dos projetos que conciliam desenvolvimento com preservação ambiental. Pela Constituição de 1988, a Zona Franca está com atestado de óbito assinado para 2013. Neste ano, vão acabar os incentivos fiscais que permitiram a instalação no Amazonas de 322 indústrias, que faturaram, no ano passado, o recorde de US\$ 11,5 bilhões e empregaram mais de 63 mil pessoas. A Zona Franca criou brutais distorções como a concentração em Manaus de 97% da economia amazonense, o esvaziamento do interior e o inchaço populacional da capital, terceira cidade do País em número de favelas (18,7% dos domicílios). Sem as indústrias, o Amazonas corre, porém, o risco de voltar a ser o deserto econômico que foi entre o declínio da borracha e a criação da Zona Franca, em 1967. Os incentivos fiscais permitem que as empresas compensem os custos dos fretes de transporte e coloquem seus produtos eletroeletrônicos a preços de mercado no Sul e Sudeste do País. "A Zona Franca precisa ser redirecionada para se transformar em uma plataforma de exportações", receita Manuel Silva Rodrigues, superintendente da Zona Franca de Manaus.

O trampolim desta mudança não precisará passar pela melhoria da mão-de-obra. Para quem vive se mirando no



**Linha de produção da Honda em Manaus: padrão continental de qualidade**

exemplo dos tigres asiáticos, vão a algumas comparações. A Sharp da Amazônia detém o recorde mundial de produtividade de televisões e videocassetes. Um operário da empresa produz 60 televisores por dia, contra 48 de um funcionário da Sharp do Japão. Fabrica 26 vídeos/dia contra 22 da média mundial. A coreana Samsung, que se instalou em novembro do ano passado na Zona Franca, precisou de apenas três meses para alcançar a produção de mil televisores/dia. Para chegar à mesma marca em países como China, Rússia, Inglaterra, Espanha e México, a empresa levou pelo menos quatro meses. "Os operários da Amazônia têm uma velocidade de aprendizado muito rápida", afirma Leo Bruno, diretor industrial da Samsung. Em termos de controle de qualidade, a Honda local virou modelo para todas as subsidiárias da empresa no resto do Continente.

Para viabilizar o salto de se transformar em plataforma de exportação, a Zona

Franca precisa é de infra-estrutura. Para isso, o governo amazonense resolveu desembolsar R\$ 45 milhões em recursos próprios para concluir a pavimentação do trecho da BR-174 que corta o território do Estado, mesmo se tratando de uma rodovia federal. Ao deixar o Amazonas, a estrada cruza mais 715 quilômetros em Roraima e vai terminar na fronteira com a Venezuela. Depois de concluída, além da ligação com o país vizinho, ela vai proporcionar uma saída para os países do Caribe, a partir de Caracas (*mapa à pág. 38*). "O término dessa estrada é uma questão estratégica de desenvolvimento. Nós temos de buscar a nossa vocação econômica que está direcionada para o Norte e não para São Paulo, com quem mantemos uma relação de quase-dependência colonial", diz Amazonino.

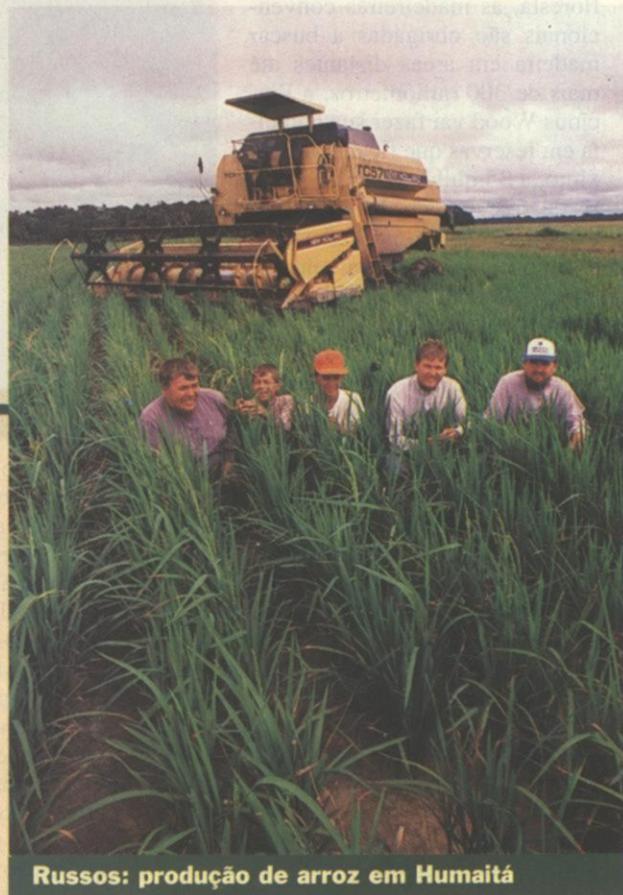
A BR-174 poderá se transformar em um corredor comercial pelo qual escoarão exportações de produtos eletrônicos e agrícolas e, na outra mão, importações de alumínio, aço, cimento e produtos químicos. Do trecho amazonense, 200 quilômetros de Manaus até a reserva dos índios waimiri-atroari estarão asfaltados até julho. Faltarão 55 quilômetros dentro da reserva, porque até agora não se resolveu o impasse de quem deve pagar a indenização de US\$ 3,5 milhões aos índios.

Para quadruplicar, até 1998, a incipiente produção de 70 mil toneladas de grãos, o governo mapeou cinco milhões de hectares de várzeas e cerrados, próprios para a agricultura, e investiu em meios de transporte da safra. Atualmente, são financiados pelo governo estadual 40% dos R\$ 28 milhões necessários à conclusão do terminal de Itacoatiara, ponto final de uma hidrovía que começa em Porto Velho, capital de Rondônia. "Esse porto vai nos abrir a fronteira agrícola", afirma o secretário da Fazenda, Samuel Hanan. Com empréstimos externos, produtos verdes na Zona Franca e exploração racional da floresta, a Amazônia está ancorando no terceiro milênio com a perspectiva de transformar uma população de ribeirinhos em cidadãos do mundo. ■

## Da Sibéria para a Amazônia

O mais novo idioma da agricultura da Amazônia é o russo. Saiu da Sibéria, passou pela China, fez escala em três Estados brasileiros e na Bolívia antes de desembarcar há três anos em Humaitá, a 670 km de Manaus. Chegou à floresta na pessoa do fazendeiro Roman Reutov, 40 anos, que cultiva arroz numa propriedade de dois mil hectares. Com um milhão de hectares de cerrados, o sul do Amazonas está se firmando rapidamente como a mais nova fronteira agrícola da região. "Temos potencial para produzir 1,8 milhão de toneladas de arroz por ano", diz Leôncio Flávio Nery, presidente da cooperativa local.

Em casa, os Reutov conservam as roupas, os hábitos e a língua russa. Batizaram a propriedade de Fazenda Progresso e vivem com facilidades da classe média urbana. Têm antena parabólica, eletrodomésticos e carro. Não reclamam do calor nem dos mosquitos. "Estou fazendo aqui uma aposta para o futuro", diz Roman.



**Russos: produção de arroz em Humaitá**